

O PENSAMENTO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A FORMAÇÃO PERMANENTE NO CONTEXTO DA ESCOLA CIDADÃ: UM ESTUDO PRELIMINAR*

DR^a ROSANE KREUSBURG MOLINA

Professora dos cursos de Licenciatura em Educação Física e Pedagogia
da Universidade de Vale de Rio dos Sinos – Unisinos.

DR. VICENTE MOLINA NETO

Professor de Graduação e Pós-Graduação da Escola de Educação Física
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Esef/UFRGS.

RESUMO

A partir do início dos anos 90 a Secretaria Municipal de Educação – SMED – do Município de Porto Alegre propõe a gestão democrática da escola e uma nova forma de organização do currículo como princípios do projeto político-pedagógico que fundamentam a “Escola Cidadã”. Esse projeto de ensino apresenta novos requerimentos para a prática dos professores da Rede Municipal de Ensino e, como decorrência, justificam uma nova política de Formação Permanente. O diálogo entre as diferentes disciplinas passa a ser condição para a elaboração, sistematização e reflexão dos “complexos temáticos”, o que exige e impõe urgência na (re)construção da identidade das disciplinas como forma de garantir uma relação igualitária na implementação da dinâmica curricular. Para essa (re)construção, no âmbito da Educação Física, a SMED, em parceria com a UFRGS, vem executando sistematicamente vários programas de Formação Permanente. Atividades que têm possibilitado a reflexão sobre a especificidade da Educação Física no currículo escolar e sua contribuição para o projeto pedagógico da “Escola Cidadã”. Assim, o presente texto trata de interpretar e discutir, preliminarmente, o pensamento e as representações dos professores de Educação Física a respeito do papel da Escola, do significado de sua prática docente e o que representa a Educação Física no contexto da “Escola Cidadã”.

PALAVRAS-CHAVE: Formação permanente; educação física; escola cidadã.

* O presente texto emerge de um conjunto de idéias apresentadas pelos autores no 8º Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa, em dezembro de 2000, na cidade de Lisboa, no formato de Comunicação Oral, com auxílio da FAPERGS.

INTRODUÇÃO

Por Formação Permanente entendemos os projetos de formação pessoal e profissional nos quais o professor participa, antes, durante e depois da formação inicial, por decisão própria ou atendendo orientações das diferentes instâncias da administração a qual está vinculado.

Ao dizermos Escola Cidadã estamos nos referindo à escola organizada por Ciclos de Formação que, como diz Freitas (1999), surge da vivência da “reinvenção escolar” na Rede Municipal de Porto Alegre. Esta idéia, que é muito mais uma proposição, Paulo Freire a experimentou na qualidade de secretário municipal de Educação de São Paulo, sob a perspectiva de que “mudar é difícil, mas é possível e urgente” (Freire, 1991, p. 8). Em Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Educação vem perseguindo esse desafio através de um amplo processo de reestruturação curricular. Representa uma alternativa ao caráter excludente do contexto neoliberal legitimado pela “mercoescola” (Azevedo, 1995), pois direciona-se para sua democratização, concebida em três dimensões: a democratização da gestão, do acesso e do conhecimento. Pretensões político-pedagógicas que perspectivam o sucesso escolar, a partir de quatro aspectos fundamentais: a eliminação de mecanismos que institucionalizam a exclusão (organização curricular seriada, reprovação, repetência etc.), a criação de mecanismos institucionais de inclusão (organização curricular por ciclos de formação, turmas de progressão etc.), a formação permanente dos educadores (Núcleos de Ação Interdisciplinar – NAIs –, grupos temáticos nas escolas, congressos etc.) e a gestão democrática da Escola (Conselhos Escolares, lei n. 292/92).

O foco que nos interessa explorar nesse estudo é a Formação Permanente dos professores de educação física no contexto da Escola Cidadã. Trata-se, prioritariamente, de analisar uma atividade de Formação Permanente, organizada e executada por três professores vinculados à Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Esef/UFRGS – e uma professora vinculada aos Cursos de Educação Física e de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. A atividade em tela, constituiu-se em um Curso de 40 horas/aula, cuja ênfase recaiu na reflexão sobre a prática pedagógica dos professores de educação física nas escolas de ensino fundamental. Participaram do curso quarenta professores de educação física da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – SMED/PMPA.

Realizamos esse Curso de Formação Permanente pautando nossa ação nas seguintes decisões metodológicas: observações generalizadas e focalizadas durante as sessões de ensino e aprendizagem; análise de documentos oficiais e de documentos produzidos pelos professores. Também recorreremos a diálogos não estru-

turados, de forma complementar, para obter informações sobre as representações dos professores.

Desta forma, pela análise pretendida, objetivamos trazer para a reflexão e discussão pública, as representações elaboradas pelo grupo de participantes da atividade a respeito do papel da escola, do significado de sua prática docente e o que representa a Educação Física no contexto da Escola Cidadã.

Além disso, com o intuito de permear a reflexão que ora apresentamos, como pretensão residual, tratamos também de incluir, no presente texto, alguns efeitos gerados pela atividade, tanto nos professores organizadores do curso quanto nos professores participantes.

Assim, na seqüência, o texto se desenvolve em três grandes blocos: a) a Formação Permanente no contexto da Escola Cidadã; b) uma descrição da atividade de Formação Permanente analisada; c) as representações dos professores participantes acerca dos novos desafios docentes.

A FORMAÇÃO PERMANENTE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA ESCOLA CIDADÃ

Desde 1988, quando uma configuração de partidos de esquerda, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, denominada de Frente Popular, assumiu o governo do Município de Porto Alegre – Administração Popular –, uma série de inovações foram implementadas no âmbito das políticas e do sistema educacional municipal. No primeiro mandato – 1988 e 1992 – o *construtivismo*, aplicado sobretudo na alfabetização e nas séries iniciais, a formação permanente e o Programa de Atividades Alternativas, constituíram os pilares da proposta político-pedagógica daquela gestão.

A partir do segundo mandato da Administração Popular –1993/1996 –, como efeito de uma profunda análise reflexiva sobre o contexto educacional municipal, a SMED vem constituindo o processo de “reinvenção” da escola em três grandes movimentos:

O primeiro deles referiu-se à criação de alguns mecanismos legais que respaldaram a concretização da gestão democrática no âmbito escolar. São exemplos deste movimento: as eleições diretas uninominais para diretores de escola, em 1993, e a implementação dos Conselhos Escolares enquanto órgãos máximos de discussão e deliberação sobre os aspectos políticos, administrativos e pedagógicos da escola (lei n. 292/92). A existência do Conselho Escolar altera a lógica das relações verticais e hierarquicamente estabelecidas no cotidiano da escola, uma vez que o trabalho da Equipe Diretiva precisa, necessariamente, estar vinculado ao trabalho do Conselho Escolar.

O segundo movimento voltou-se para a organização curricular pautada por uma nova concepção e organização de tempo e espaço escolares objetivando instaurar, na escolarização, a lógica da inclusão por intermédio do compromisso coletivo com a aprendizagem efetiva de todos os estudantes. Ao introduzir os ciclos de escolarização, a SMED passou a buscar, pouco a pouco, a superação do sistema de seriação. O primeiro ciclo corresponde a Educação Infantil até à 3ª série do Ensino Fundamental. Nesse ciclo, os estudantes são orientados por um professor. O segundo ciclo corresponde às 4ª, 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, e os estudantes são orientados por 2 professores que organizam o ensino em duas grandes áreas de conhecimento. O terceiro ciclo corresponde às 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, e os estudantes são orientados por vários professores que organizam o ensino em várias áreas do conhecimento.

Nessa estrutura, a Escola Cidadã organiza o processo de composição das turmas, segundo o ciclo de formação, considerando os fatores característicos das diferentes idades, e suas características socioculturais. Para tanto, são criadas as turmas de progressão, destinadas àqueles estudantes que, a partir de uma história de fracasso escolar, ou de não terem tido acesso à escola, evidenciam defasagem entre a sua escolaridade e sua faixa etária. As turmas de progressão permitem ao estudante superar defasagens de escolaridade, durante o período que for necessário.

As turmas de progressão terão uma organização tempo-ano diferente da organização ano-ciclo. Isto significa que os estudantes que estiverem nas turmas de progressão poderão avançar para o ano seguinte a qualquer momento, desde que apresentarem condições de continuar normalmente sua socialização e estudos (SMED, 1995, p.19).

O 3º movimento do processo de reinvenção da escola pública municipal de Porto Alegre está representado pelo Projeto Constituinte Escolar que tem por objetivo geral “desencadear um processo criativo e participativo de contextualização histórica da escola a fim de legitimar e legalizar práticas e relações que produzam avanços democráticos nas suas dimensões política, administrativa e pedagógica”. Esse Projeto propôs: a organização de grupos temáticos nas escolas (1ª fase); os encontros regionais (2ª fase); o Congresso Municipal Escola Constituinte (3ª fase) e a construção dos Regimentos Escolares (4ª fase). Estas fases foram propostas com o objetivo de qualificar o processo de discussão em torno dos quatro eixos temáticos de sustentação para a construção do projeto político-pedagógico da escola: gestão, currículo, princípios de convivência e avaliação.

Nesse sentido, a Cartilha “Princípios da Escola Cidadã” define os rumos da Formação Permanente dos professores, por meio das seguintes diretrizes:

23. Garantir e oportunizar a Formação Permanente dos trabalhadores em educação e dos demais segmentos da comunidade escolar.
24. Propiciar espaços para planejamento, discussão, reflexão, estudos e cursos que enriqueçam o trabalho pedagógico na escola.
42. Formação Permanente dos trabalhadores em educação, contemplando a integração entre teoria e prática, comprometida com a filosofia da escola, em horário de trabalho, entendendo a escola como centro de pesquisa, com assessoria e intercâmbio com outras instituições.

Vale lembrar que a Formação Permanente não é uma temática inédita, nem circunscrita ao contexto da cidade de Porto Alegre. Também não é privilégio dos professores de educação física, embora nesse coletivo docente essa seja uma atividade que faz parte da sua cultura docente (Molina Neto, 1996, 1998).

A preocupação com a Formação Permanente, além de ter sido objeto de atenção de autores clássicos, por exemplo Marx (1986, p.12), “[...] a doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado [...]”, é também, em nossos dias, fortemente recomendada por organizações internacionais. A Unesco a considera um objetivo prioritário a ser perseguido pela educação universitária; a OCDE a considera atividade essencial à formação dos professores e a melhor forma de assegurar com eficácia a educação das crianças e adolescentes, nos diferentes ambientes onde ela se processa. Freire (1997) é enfático nesta questão quando propõe como a principal estratégia didática para a formação de professores a prática de investigar a própria prática. Sua conclusão é taxativa:

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem que ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática (p. 43-44).

Gelpi (1990), que trabalha com a idéia de educação permanente fora do âmbito escolar, considera-a a estratégia mais adequada que os educadores têm para enfrentar as rápidas transformações tecnológicas, políticas e sociais do mundo atual. Segundo esse autor, a dificuldade que os professores têm de formar-se permanentemente para as novas funções e demandas educativas os fazem tomar, com frequência, atitudes conservadoras que não correspondem mais ao que se espera deles. E diz:

A escola, a universidade, assim como as estruturas de educação de adultos, podem participar de novo, de uma maneira significativa, nos processos educativos da sociedade contemporânea, transformando-se em centros de formação metodológica de pensamento, de

sensibilidade estética e de estimulação de auto-aprendizagem e também em espaços de experiências e de atividades manuais e intelectuais que não sejam atividades exclusivamente de formação profissional (p. 168).

Retomando o caso da Escola Cidadã, vale destacar que esse projeto de ensino impõe novos requerimentos para a prática dos professores, em geral, e para os professores de educação física, em particular. Concebendo a escola como um espaço importante de formação do cidadão, *da cidadania social, autônoma e solidária* como apregoa Souza Santos (1994), a Escola Cidadã está pautada, fundamentalmente, na gestão democrática da escola, na ação docente crítica, criativa e contribuinte de um trabalho coletivo e, sobretudo, na implementação de um currículo interdisciplinar, capaz de acolher a diversidade de diferentes culturas em permanente tensão no ambiente escolar. O diálogo entre as disciplinas do currículo passa a ser condição de trabalho, o que exige e impõe urgência na (re)construção da identidade das disciplinas, forma de garantir uma relação de igual para igual na implementação da dinâmica curricular.

Nesse contexto, a Formação Permanente tem significativa relevância. Ao corpo docente é atribuída a tarefa de mediar o saber popular com o saber científico selecionado, transformando-os em conteúdos escolares com significado para a comunidade, de modo a estimular a curiosidade epistêmica dos estudantes. Ao professor de educação física é atribuído, além disso, o compromisso de tratar com competência, tanto os temas transversais que perpassam o currículo escolar, quanto a especificidade disciplinar, o que, nas palavras de Bracht (1999), é a tematização com intenção pedagógica da cultura corporal do movimento.

Foi com esse conjunto de idéias que nós, professores ministrantes do curso para os professores de educação física da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, planejamos e executamos nossas atividades, descritas na seção a seguir.

O CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE ANALISADO

O intercâmbio entre a Esef/UFRGS e a SMED/PMPA já se processava quando o curso de formação permanente começou a ser planejado e executado. As instituições já vinham realizando, em conjunto, o Projeto de Escolinhas de Iniciação Esportiva e os Jogos da Escola Cidadã¹, ambos executados nas instalações da Esef/

¹ Os Jogos da Escola Cidadã são um evento poliesportivo realizado anualmente por um convênio entre Esef/UFRGS e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em que princípios educativos como a inclusão, a cooperação, a participação e a atenção à diversidade de gênero, cultura, etnia, proceden-

UFRGS. No Curso de Formação Permanente em discussão, havia o interesse, por parte da SMED, de ampliar e implementar a discussão sobre a especificidade da Educação Física no projeto da Escola Cidadã. Os professores de educação física das Escolas Municipais, por sua vez, manifestavam interesse pela discussão da especificidade disciplinar no currículo escolar. À convergência de interesses somava-se o nosso interesse, professores ministrantes da atividade de Formação Permanente, em aprofundar o conhecimento sobre os “Ciclos de Escolarização” na experiência implementada pela Administração Popular.

O título do curso, “a prática de investigar a própria prática”, teve inspiração em Paulo Freire (1997) e objetivou informar aos participantes que o trabalho centrar-se-ia no campo da reflexão e não em uma proposta de repertório de técnicas e procedimentos didáticos.

Os professores que compuseram o grupo de formadores foram: Alberto Reinaldo Reppold Filho (Esef/UFRGS), Mário Generosi Brauner (Esef/UFRGS), Rosane Kreuzburg Molina (Unisinos) e Vicente Molina Neto (Esef/UFRGS). Escolhidos, sobretudo, pela comprovada capacidade de escuta, assumiram o compromisso de ouvir os argumentos dos participantes do Curso de Formação Permanente e, a partir desses argumentos, incentivá-los a sistematizar um corpo de idéias próprias que os auxiliasse posteriormente na reflexão cotidiana sobre seus trabalhos, suas inserções nas escolas e o papel da Educação Física no currículo escolar.

Assim, considerando-se que os docentes, em geral, são trabalhadores que produzem conhecimento na sua ação cotidiana, o trabalho dos professores do curso visou, sobretudo, a autonomia docente dos participantes. A proposição maior foi elaborar, junto com os professores de educação física da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, uma reflexão sobre a especificidade da disciplina no currículo escolar e sua contribuição para o projeto pedagógico da Escola Cidadã, oferecendo aos participantes a oportunidade de discutir sua ação docente e os instrumentos teórico-metodológicos para que pudessem sistematizar e dar publicidade ao conhecimento que constroem no seu fazer docente. Assim, foram selecionados os seguintes conteúdos programáticos:

- Teoria geral da educação física.
- Ética e atividade física.

cia de classe e competência técnica, orientam a organização das competições, inferem alterações nas regras tradicionais dos esportes e minimizam os efeitos da cultura esportiva circulante na sociedade contemporânea, como o culto ao individualismo e o pragmatismo esportivo.

- Educação física e rendimento esportivo.
- Diretrizes atuais da educação física: marco legal e conceitual.
- Cultura docente dos professores de educação física.
- Ensino e pesquisa em sala de aula: etnografia educativa.
- Prática pedagógica: inclusão, participação e colaboração.
- Esportes coletivos didaticamente adaptados.

A decisão em reconhecer os professores participantes como profissionais reflexivos e transformadores da realidade social onde atuam, nos levou a dar ênfase à questão da pesquisa em sala de aula, reforçando os instrumentos metodológicos da pesquisa qualitativa, especificamente a questão da etnografia educativa. Essa decisão estratégico-didática não só ofereceria possibilidade para sistematizar o que fazem nas aulas, mas ligava-se à necessidade que eles têm de elaborar os complexos temáticos e os conceitos a serem trabalhados nas aulas de educação física, já que os mesmos emergem do diálogo que os participantes mantêm com seus estudantes nas Escolas Municipais de Porto Alegre.

O trabalho realizado nos proporcionou importantes aprendizagens e reflexões. Aprofundamos nossos conhecimentos sobre o contexto onde trabalham os professores participantes e sobre as questões específicas da educação física na proposta da Escola Cidadã. Também nos permitiu produzir importantes reflexões sobre as representações que esses professores constroem em sua ação docente. Interpretações e representações que apresentamos a seguir.

AS REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES PARTICIPANTES ACERCA DOS NOVOS DESAFIOS DOCENTES

As reflexões elaboradas pelos professores participantes centraram-se, por proposição dos professores ministrantes do curso, em torno de quatro eixos ou perguntas-guias. São elas:

- a) Qual a contribuição pedagógica da Educação Física na Escola Cidadã?
- b) Que finalidade deve perseguir?
- c) O que e como ensinar nas aulas de educação física?
- d) Qual a especificidade da Educação Física no contexto da Escola Cidadã?

Estas questões nos conduziram como um grande grupo de trabalho e pudemos, através das dinâmicas de produção e discussão coletiva, pensar e repensar

os argumentos de cada participante. De imediato, nos primeiros encontros, já nos demos conta do quanto não conseguiríamos aprofundar as questões propostas como, talvez, todos necessitássemos e desejássemos fazê-lo. Daí, surgiu a proposta de continuar o processo de formação permanente nos momentos subsequentes, com a mediação entre as reflexões produzidas pelo grupo durante a atividade de Formação Permanente e textos de autores que têm pautado a discussão no âmbito da SMED, em geral, e da Educação Física, em particular. Com esse compromisso assumido, nós professores ministrantes do curso, sistematizamos as “falas” que foram possíveis de registrar a cada momento do trabalho. Essas “falas” foram, em sua maioria, novamente discutidas no próprio grupo de professores participantes para análise e convalidação interpretativa.

Interpretamos que os professores de educação física das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre têm uma compreensão bastante clara da finalidade da atividade física na Escola Cidadã. A grande maioria converge, discursivamente, para o entendimento que a educação física trabalha com os elementos da cultura corporal do movimento humano e que este deve ser trabalhado com intencionalidade pedagógica, capaz de socializar o estudante e torná-lo um cidadão crítico, criativo, participativo e autônomo e que, sobretudo, possa agir apropriando-se das pautas sociais de seu tempo histórico. Alguns professores, entretanto, pontuam suas convicções da necessidade de incorporar a atividade física entre os hábitos de vida dos estudantes e da necessidade de educá-los para a convivência social e respeitosa com a diversidade.

Além disso, percebemos grande ansiedade e forte incerteza quanto a especificidade dos conteúdos das aulas de educação física: o que ensinar, quais atividades selecionar, quais conhecimentos privilegiar..., entre outros. Afinal, valores e atitudes ou conceitos e procedimentos? Os professores também revelaram discordâncias e dificuldades para integrar os objetivos e conteúdos da disciplina na elaboração dos complexos temáticos a serem desenvolvidos pelo plano de ensino elaborado pelo coletivo docente da escola. Fato que se traduz em forte tensão na dinâmica curricular quando se trata de planejar o ensino de forma interdisciplinar.

Para os professores de Educação Física o contexto da Escola Cidadã impõe novos desafios docentes, como o intercâmbio de conhecimento com as outras áreas – princípio da interdisciplinaridade –, o permanente contato entre a escola e a comunidade – princípio dos complexos temáticos –, além de trabalhar os conhecimentos específicos da Educação Física numa outra lógica temporal e espacial – princípio dos ciclos de escolarização.

O princípio dos ciclos de escolarização põe em cena a discussão sobre a Formação Inicial desses professores e, conseqüentemente, o currículo. O saber

acumulado “ensinado” na Formação Inicial e a vida nas Escolas Municipais de Porto Alegre, até então, estavam organizadas por disciplinas e em uma dimensão temporal disciplinar (Foucault, 1992), isto é, numa dimensão monocrônica (Hargreaves, 1994), ou seja, a referência para a ação pedagógica era a de um ato de cada vez. O que significa afirmar que o tempo pedagógico está, na proposta tradicional de ensino, organizado pelo tempo administrativo, ou seja, por um tempo técnico racional.

A questão que fica é, entre outras, a seguinte: como superar o anacronismo entre a formação profissional de professores de Educação Física e a prática pedagógica necessária para que estes atendam satisfatoriamente as novas demandas sociais e os desejos de autonomia dos estudantes, em uma sociedade que cada vez mais trabalha com novos marcos temporais e espaciais?

No contexto da Escola Cidadã, essa questão encontra-se no seguinte cenário: o tempo e o espaço das aulas de Educação física são flexíveis e organizados em função das necessidades de aprendizagens significativas dos estudantes. Assim, a Educação física integrando a Área de Comunicação e Expressão do currículo escolar, exige que o professor dialogue com seus colegas de outras disciplinas e que tenha conhecimento suficiente para atuar em conjunto com eles em todas as etapas e momentos do processo ensino-aprendizagem.

Cenário e contexto pedagógicos que têm organizado um ambiente pleno de novos desafios aos professores de Educação Física e, por nós, interpretado através das seguintes perguntas: Será possível inverter a lógica tradicional do ensino da Educação Física Escolar e o tempo pedagógico vir a pautar o tempo administrativo? Quais os efeitos que essa nova organização produzirá na prática pedagógica dos professores de Educação física? As atuais “ofertas” de Formação Permanente poderão “suprir” as necessidades desses professores? Quais os ensinamentos advindos dessa experiência docente que poderão ser incorporados aos currículos de Formação Inicial?

Pensamos que são questões difíceis de serem respondidas, ao menos de imediato. Identificamos ainda, tanto em nível de Formação Inicial como em nível de Formação Permanente do professor de Educação Física, a forte presença do modelo centrado na transferência de conhecimento (Freire, 1997), isto é, prepara o licenciado em Educação Física para ser um consumidor de conhecimentos e um docente que aplica o saber produzido pelas agências de formação continuada. Situação que não é um privilégio exclusivo do professor de Educação Física, mas que nesse coletivo, sustenta-se no princípio do colonialismo acadêmico que valoriza pouco o conhecimento que circula e é produzido pelos professores nas suas práticas docentes diárias.

Finalmente, os professores revelaram certa insatisfação com a teoria disponível. A grande maioria argumentou que os conhecimentos postos à disposição pelos pensadores da Educação Física não têm dado respostas satisfatórias aos problemas que enfrentam no cotidiano da escola e das aulas de Educação Física. O argumento que sustentou a crítica da grande maioria, quanto às atividades de Formação Permanente, no âmbito da educação física, é que essas têm priorizado novos procedimentos e estratégias didáticas inovadoras, quando, na opinião deles, o que os professores precisam é participar de um processo permanente de reflexão. Alternativa de Formação Permanente por eles reivindicada.

Em decorrência destas reflexões, implementou-se, no interior da Esef/UFRGS, um grupo de estudos composto por professores dessa instituição e por professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino que, atualmente, reúnem-se sistematicamente a cada 20 dias, com o objetivo de estudar os problemas e as tensões que os professores enfrentam, tanto no planejamento do ensino interdisciplinar quanto na execução das aulas de educação física propriamente ditas.

The physical education teachers' views and representations about permanent formation in the context of "escola cidadã": A preliminary study

ABSTRACT: From the beginning of the 1990s onwards, the Education Council of Porto Alegre proposed a democratic administration of the city schools and a new form of curriculum organization based on the political-pedagogy of the "Escola Cidadã" (Citizen School). This educational approach posed new requirements for teaching in city schools and, as consequence, demanded a new policy of teachers' permanent formation. A dialogue among the different school disciplines was a condition for the elaboration, systematization and reflection of the "complex themes". This demanded urgency in the (re)construction of the identity of the disciplines as a form of guaranteeing an equalitarian relationship in the implementation of the school curriculum. For that (re)construction in the area of physical education, the Education Council in partnership with the Federal University of Rio Grande do Sul implemented several projects of permanent formation. This has allowed reflecting on the situation of physical education in the school curriculum and its contribution for the project of the "Escola Cidadã". The present study attempts to interpret and discuss the views and representations of the physical education teachers regarding the role of this discipline in school curriculum, the meaning of its educational practice and its significance in the context of the "Escola Cidadã".

KEY-WORDS: Permanent formation; physical education; "escola cidadã".

(continua)

(continuação)

Lo que piensan los profesores de educación física acerca de la formación continuada en el contexto de la escuela ciudadana: Un estudio preliminar

RESUMEN: Al principio de los años de 1990, la Secretaria Municipal de Educação – SMED – del Ayuntamiento de Porto Alegre propone la gestión democrática de la escuela y un nuevo método de organización del curriculum como principios del proyecto político-pedagógico sobre los cuales se plantea la “Escuela Ciudadana”. Este proyecto de enseñanza presenta nuevas exigencias para la práctica de los profesores de la Red Municipal de Enseñanza y, en consecuencia, justifica una nueva política de Formación Continuada. El diálogo entre las distintas asignaturas pasa a ser condición para la elaboración, sistematización y reflexión de los “complejos temáticos”, lo que exige e impone urgencia en la (re)construcción de la identidad de las asignaturas como forma de garantizar una relación igualitaria en la implementación de la dinámica curricular. Para esa (re)construcción, en el ámbito de la Educación Física, la SMED, en conjunto con la Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS –, viene ejecutando sistemáticamente algunos programas de Formación Continuada. Esas actividades tienen propiciado la reflexión acerca de la especificidad de la Educación Física en el curriculum escolar y su contribución para el proyecto pedagógico de la “Escuela Ciudadana”. Así, el presente texto trata de interpretar y discutir, preliminarmente, el pensamiento y las representaciones de los profesores de Educación Física respecto al papel de la Escuela, del significado de su práctica docente y lo que representa la Educación Física en el contexto de la “Escuela Ciudadana”.

PALABRAS-CLAVE: Formación continuada; educación física; escuela ciudadana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. C. de. Educação e Neoliberalismo. *Revista Paixão de aprender*, n. 9. Porto Alegre: PMPA/SMED, 1995.
- BRACHT, V. *Educação Física; Ciência: cenas de um casamento (In)feliz*. Ijuí: Unijuí, 1999.
- BRASIL. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Cartilha Princípios da Escola Cidadã*. Porto Alegre: SMED/Cores, 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigilar y castigar*. 8. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1992.
- FREIRE, P. *A educação na cidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, A. L. S. de. Projeto Constituinte Escolar: a vivência da "reinvenção da Escola" na Rede Municipal de Porto Alegre. In: SILVA, L. H. da. *Escola cidadã teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 31-45.

GELPI, E. *Educación Permanente: Problemas laborales y perspectivas educativas*. Madrid: Editorial Popular, 1990.

HARGREAVES, A. *Changing teachers, Changing times. Teachers' work and cultures in the postmodern age*. Toronto: The Ontario Institute for Studies in Education, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOLINA NETO, V. *La cultura docente del profesorado de educación física de las escuelas públicas de Porto Alegre*. Tese (Doutorado) – Universidad de Barcelona, Departamento de Didáctica y Organización Educativa, Barcelona, 1996.

_____. Cultura Docente: uma aproximação conceitual para entender o que fazem os professores nas escolas. *Revista Perfil*. Porto Alegre: Esef/UFRGS, n. 2, p. 66-75, 1998.

SMED. Ensino por Ciclos: alternativa para o sucesso escolar. *Revista Paixão de Aprender*. Porto Alegre, SMED, n. 9, 1995.

SOUZA SANTOS, B. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. 3.ed. Porto: Afrontamento, 1994.